

# CLIPPING



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



26/06/2019  
QUARTA-FEIRA

LOREM IPSUM  
DOLOR SIT AMET

## DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

[imprensa@tce.go.gov.br](mailto:imprensa@tce.go.gov.br)

[www.tce.go.gov.br](http://www.tce.go.gov.br)

3228-2699





# Governo envia projeto que reduz repasses à Educação

**ASSEMBLEIA** Emenda em PEC inclui ainda a UEG nos 25% da vinculação constitucional para o setor; medida é a primeira enviada à Casa visando adequação ao Programa de Equilíbrio Fiscal

Marcos Nunes Carreiro  
marcos.carreiro@opopular.com.br

O governo apresentou ontem, na Assembleia Legislativa, proposta para reduzir de 27% para 25% a aplicação obrigatória na educação. Isso ocorrerá com a Inclusão da Universidade Estadual de Goiás (UEG), que atualmente conta com 2%, na vinculação geral. O texto ainda prevê 1,25% para ciência e tecnologia.

A emenda, redigida pelo líder do governo Bruno Peixoto (MDB) e assinada por Amilton Filho (SD), foi apresentada em plenário pelo deputado Álvaro Guimarães (DEM) em Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do próprio Bruno, e que permite aos deputados fazer propaganda de suas ações parlamentares.

Isso foi feito porque era a única PEC já apta para votação em plenário e a intenção do governo é que o projeto seja aprovado ainda nesta semana, que será a última de funcionamento da Casa no primeiro semestre – sessão extraordinária deve ser convocada para sexta-feira (28) para dar tempo de votar tanto os projetos do governo, quanto a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que precisa ser votada antes do recesso parlamentar.

A matéria será analisada ontem em sessão extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ), convocada pelo líder do governo com esse objetivo, mas deputados de oposição protelaram as discussões de matéria na Comissão



Amilton Filho (Solidariedade), com Bruno Peixoto (MDB) ao fundo: redator e "autor", respectivamente, da PEC

**“**  
**Vamos tomar medidas porque não pode haver redução dos 27% previstos na Constituição atualmente. Vamos para a Justiça”**

Talles Barreto,  
líder do PSDB

são Mista até às 19 horas, o que fez o presidente da comissão, Humberto Aldar (MDB), cancelar a sessão da CCJ, que ocorreria logo depois.

Questionado sobre a redução dos índices da Educação, Bruno Peixoto diz que “a Constituição é clara ao estabelecer o mínimo de 25% em investimentos na Educação”. “O que estamos discutindo é o mínimo e não o máximo e a UEG permanecerá com os 2%, não havendo prejuízo para os estudantes nem do ensino fundamental, médio ou do ensino superior.”

## JUSTIÇA

Presente na Assembleia ontem para tratar do assunto, a presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Goiás (Sintego), Bia de Lima, diz que deve “tomar todas as medidas cabíveis”, caso a matéria seja aprovada. “O Estado não tem amparo legal para colocar o ensino superior dentro dos 25% destinados à educação básica. É Inconstitucional e vamos buscar todos os recursos possíveis (para barrar)”, relata.

Segundo, ela, o acréscimo da UEG aos 25% constitucional-

mente garantidos à Educação prejudicará a educação básica. O texto da emenda estabelece aplicação de recursos tanto para os níveis fundamental e médio da educação básica quanto para os ensinos profissional e superior, fora ciência e tecnologia.

Para Bia de Lima, o Estado faz uma “manobra” para não aplicar os 25% estabelecidos na Constituição. “O governo anterior teve suas contas rejeitadas justamente porque não aplicava os 25% e agora a atual gestão quer fazer uma manobra para colocar a UEG dentro desse percentual, que não é repassado.”

Líder do PSDB na Casa, o deputado Talles Barreto também afirma que irá procurar a Justiça caso a proposta seja aprovada. “É mais um golpe na Educação de Goiás. Mas vamos tomar medidas porque não pode haver redução dos 27% previstos na Constituição atualmente. Vamos para a Justiça.”

## OUTRA PEC

Autor de outra PEC para aumentar o percentual repassado à UEG de 2% para 3%, Antônio Gomide (PT) diz que insistirá em seu projeto. “A PEC está em tramitação e vamos, junto à frente parlamentar, reunir esforços para que os municípios possam reagir, porque os grandes prejudicados são eles.”

Ele ressalta que já está conversando com os prefeitos das cidades onde há campus da universidade estadual para que eles pressionem o governo a retirar o projeto. “É importante que haja mobilização para impedir redução de repasses à UEG.”

## Por PEF, governador faz café para deputados

A Inclusão da Universidade Estadual de Goiás (UEG) nos 25% de gastos obrigatórios com educação é a primeira medida que o governo sinaliza escolher, visando entrar no Plano de Equilíbrio Fiscal (PEF) e deve ser o principal assunto de café da manhã promovido hoje pelo governador Ronaldo Caiado (DEM) para os deputados da base do governo, no Palácio das Esmeraldas. O presidente da Casa, Lissauer Vieira (PSB), também deve participar da reunião.

A intenção do governo é apresentar a proposta aos parlamentares e pedir celeridade no processo, que ainda precisa passar por análise da Comissão de Constituição, Justiça e Redação

da Assembleia Legislativa antes de ir para apreciação em plenário. O mesmo pedido já havia sido feito a Lissauer em conversa entre os dois antes do feriado na semana passada.

Segundo deputados ligados ao governo, a medida é a primeira enviada pelo governo à Assembleia, que pretende atender às medidas do PEF por considerá-lo “mais tranquilo” que o Regime de Recuperação Fiscal (RRF). O RRF exige uma série de contrapartidas do governo.

O café da manhã está marcada para às 7h30 e deve reunir cerca de 30 deputados. Segundo o líder do governo, Bruno Peixoto, a reunião também tem a intenção de unir mais a base, ain-

da considerada desarticulada em alguns aspectos. “É momento de confraternização da base e o governador colocará a realidade financeira do Estado.”

## PEF

No PEF, o Executivo deve escolher três entre oito medidas predefinidas pelo governo federal. Uma delas é a exigência de que sejam eliminadas as vinculações de receitas de impostos não previstas na Constituição Federal, caso dos 2% destinados atualmente à UEG.

O discurso dos deputados de que o governo deve seguir tentando entrar no PEF, porém, vai de encontro ao que fala a secretária de Economia, Cristiane Sch-



**“**  
**É momento de confraternização da base e o governador colocará a realidade financeira do Estado”**

Bruno Peixoto (MDB),  
líder do governo

midt, que à coluna *Giro* de segunda-feira (24) afirmou que o Estado seguirá liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) para entrar no RRF.

Liminar concedida pelo ministro Gilmar Mendes na quarta-feira (19) permitiu ao Estado tanto a suspensão dos pagamentos de dívidas com bancos federais por seis meses quanto autorizou sua entrada no RRF.

“Vamos seguir a liminar do Supremo. O PEF, infelizmente, não salu até o momento e não sabemos quando sairá. Falaram que seria em abril e até agora nada. Quando sair, vamos avallar com Tesouro Nacional. Vamos trabalhar com o que temos hoje, que é o RRF”, afirmou Cristiane.



# Goiás é terceiro mais desigual em investimento

Em relação aos investimentos em educação, quando se calcula o valor gasto por aluno, a rede pública de Goiás é a terceira mais desigual entre os Estados brasileiros. A relação entre o município que mais investe e o que menos aplica é de 4,3, ficando atrás apenas de Minas Gerais, com 5,1, e Rio Grande do Sul, com 4,4. Segundo o Anuário Brasileiro da Educação Básica de 2019, divulgado ontem pelo movimento Todos Pela Educação, com dados de 2015, que é o mais atualizado, os investimentos por aluno no Estado variam entre R\$ 3.793,90 e R\$ 16.458,40. O que gera uma média de R\$ 5.019,30.

Conforme explica o coordenador do Núcleo de Inteligência do Todos Pela Educação, Caio Sato, um estudo interno indicou que, considerando um estudante do ensino fundamental da zona urbana em período parcial, o valor investido de R\$ 4.300 é o limite do necessário para se ter aprendizado. "O que a gente percebeu é que neste valor há uma relação positiva entre o gasto e a aprendizagem. Abaixo disto, há um problema

claro, e acima disto a melhoria no aprendizado já começa a depender de outros índices", diz.

Segundo Sato, os valores acima do patamar indicado não confluem, exatamente, em uma melhoria de aprendizado, já que começa a depender da eficiência no uso do recurso, como também de outros fatores, tal qual o ambiente escolar, a proficiência dos professores e outros. O coordenador avalia que Goiás, apesar de ter bons resultados nos índices nacionais, como do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), demonstra a desigualdade, o que pode ter relação com a capacidade de investimento dos municípios, já que os dados independem de qual rede pública foi analisada, segundo explica Sato.

## PROFESSORES

Quanto às condições dos professores que atuam na Educação Básica em Goiás, o anuário mostra que 85,3% dos profissionais atuam em apenas uma escola, enquanto que 12,8% fazem jornada dupla e 1,9% tem três ou mais empregos. Para o presidente do Conselho Estadual de Edu-



*Os dados mostram a desigualdade no investimento, mas é claro que a partir disso há outras coisas que interferem no aprendizado"*

**Caio Sato, coordenador do Todos Pela Educação**

cação (CEE), Marcos Elias Moreira, apesar de um índice alto, o ideal ainda seria que todos os professores se concentrassem em apenas um trabalho. "Mas há 20 anos isso era muito pior", diz. Sobre a formação dos docentes, 83,8% possuem ensino superior. "Nesse caso há um problema grande no ensino médio em que o professor licenciado nem sempre atua na área de formação, principalmente de Química, Física, Sociologia. Forma em uma coisa e dá aula para outra", considera Moreira.



# Caiado pede rapidez no julgamento de ações da LRF

**AJUSTES** Em audiência pública no STF, o governador cobrou definições e disse que herdou “um crime”, referindo-se a “déficit de R\$ 6,1 bilhões”

Karla Araújo  
karla.araujo@opopular.com.br

O governador Ronaldo Caiado (DEM) pediu, durante audiência pública no Supremo Tribunal Federal (STF) ontem, que ações relacionadas à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e outros processos de interesse dos Estados sejam julgados o mais rápido possível.

Calado argumentou que as definições são necessárias para que os governadores tomem decisões em relação a políticas fiscais. A audiência pública teve como objetivo discutir conflitos federativos fiscais entre os Estados e a União.

Calado voltou a destacar as dificuldades financeiras de Goiás e, sem citar nomes, disse que ex-governadores do Estado aprovaram acréscimos e matérias que repercutem financeiramente em sua gestão, mas não deixaram caixa para fazer o pagamento.

Logo no início de sua fala, o governador disse que assumiu o mandato “herdando um crime, com o descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal”. “Espero que o Supremo dê alternativa em relação à LRF. O que ela é? Como interpretá-la? A fatura de todas essas irresponsabilidades e populismos recai sobre o governante que chega”, disse.

O governador citou também as regras do Tesouro Nacional para contabilizar gastos com servidores entre as obrigações.

Calado destacou que recebeu a administração do Estado com caixa de R\$ 11 milhões e déficit total de R\$ 6,1 bilhões e lembrou o decreto de calamida-



Governador Ronaldo Caiado (DEM): conflitos fiscais em discussão

de financeira que foi encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado de Goiás no início do seu mandato. “Cheguei ao governo de Goiás descumprindo a LRF e bloqueado junto ao

Tesouro Nacional. Com isso, não tenho direito a nenhum empréstimo, mas recebi todos os empenhos que foram feitos, e mais metade do salário de novembro e a folha de dezembro sem empenho”, disse.

## RESPOSTA

A reportagem solicitou à assessoria de imprensa dos ex-governadores Marconi Perillo e José Elton, ambos do PSDB, posicionamento sobre as críticas feitas por Calado. A resposta veio por meio do deputado estadual Talles Barreto (PSDB), que fez ponderações em nome do partido.

Por nota, o deputado afirmou que Calado “tenta culpar terceiros por sua incompetência”. “A situação fiscal é delicada e desafiadora não somente

em Goiás, mas em todos os demais Estados e no Distrito Federal. Gestores competentes e dedicados, a exemplo de diversos governadores ao redor do Brasil, conseguem conduzir bem seus Estados fazendo o dever de casa”, disse no texto. Talles disse ainda que Calado tem buscado “soluções sabidamente estereis” para os problemas financeiros do Estado.

## AUDIÊNCIA

Após as ponderações feitas por Calado e representantes dos governos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul na audiência no STF, o ministro Luiz Fux se comprometeu a se empenhar para que as ações ligadas à LRF que chegarem à Corte sejam julgadas o mais rápido possível. “Foi muito bom ouvir os governadores presentes, porque é hora de redesenhar esse federalismo, que é extremamente unitário. Aqui foram destacadas matérias compreensíveis à luz do dia. Como um governo assume compromissos para que outros possam implementá-los. O governante tem que assumir os compromissos que se exaurem em seu mandato”, disse. Outros processos que têm ligação com as reivindicações de Calado estão na pauta de julgamento do plenário do STF de hoje.

## REFORMA

Após a audiência, Calado disse que “tem esperança” de que Estados e municípios sejam incluídos na Reforma da Previdência ainda na Comissão Especial que discute a matéria na Câmara dos Deputados. “Uma emenda como essa no plenário é de dificuldade ímpar”, disse.

“  
A fatura de  
todas essas  
irresponsabilidades  
e populismos recai  
sobre o governante  
que chega”

Ronaldo Caiado (DEM),  
governador de Goiás



*'Não tem uma viva alma mais honesta do que eu' (Lula)*

## Café da Manhã

**ULISSES AESSE**

[ulissesaesse6@gmail.com](mailto:ulissesaesse6@gmail.com)

### Bagunça orçamentária de Goiás precisa ser corrigida



Alguns deputados estaduais, ontem, na **Assembleia Legislativa de Goiás** defenderam que os gastos com a UEG façam parte do orçamento geral dedicado à área de educação. É claro, líquido e certo que devem fazer isso. Onde já se viu gastos com educação, como o que ocorre com a UEG, não serem computados como tal no orçamento goiano? Talvez seja por isso que Goiás venha enfrentado dificuldades orçamentárias, pelo tanto de “puxadinhos” e remendos que foram feitos na Lei Orçamentária.

Conforme a base governista, a partir de relatório do Tribunal de Contas do Estado (TCE), os ex-governadores Marconi Perillo e Zé Eliton deixaram de aplicar na área de Educação quase R\$ 790 milhões. Isso em 2018. O assunto tem gerado polêmicas em blogs e reportagens. Os parlamentares apontam que foram montantes das obrigações constitucionais não honrados. **Ronaldo Calado** se irritou com mais esta conta para pagar. A reação: “Acabou o tempo do faz de conta em Goiás. Agora vai prevalecer a lógica da verdade”.

É fato: é preciso dar paz para o homem governar.

RONALDO CAIADO

## “Estamos pagando a fatura deixada por governantes irresponsáveis”

Governador goiano foi um dos expositores da audiência pública do STF sobre os conflitos federativos relacionados ao bloqueio, pela União, de recursos dos estados

Helton Lenine

**E**m audiência pública no Superior Tribunal Federal (STF), o governador Ronaldo Caiado reivindicou que sejam dadas alternativas de interpretação dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000) para despesas com pessoal e as operações de crédito e concessões de garantias para, argumentou, que o “cidadão não entre em processo de total desesperança no governo”.

Caiado foi um dos expositores da audiência, realizadas, ontem, para discutir os conflitos federativos relacionados ao bloqueio, pela União, de recursos dos estados-membros em decorrência da execução de contragarantias em contratos de empréstimos não quitados.

“Venho de cinco mandatos na Câmara Federal e já tomei posse de meu mandato, no dia 1º de janeiro, herdando um crime, como um cidadão que estava descumprindo a LRF. Estou bloqueado, na letra C, sem poder contrair um real de empréstimo. Em contrapartida, tenho que responder por todos os disparates dos governos anteriores”, desabafou Caiado, referindo-se, entre outras obrigações, às regras do Tesouro Nacional para contabilizar gastos com servidores.

“Não é justo que as regras da LRF sejam tão duras com quem assume o mandato e tão flexíveis com aqueles que realmente praticaram o descumprimento da lei. Estamos pagando a fatura deixada por governantes irresponsáveis, que transferiram para a população toda essa penalização”, criticou o democrata.

Após a exposição do governador goliano, o vice-presidente do Supremo, ministro Luiz Fux, se comprometeu a trabalhar para que as ações que chegaram à Corte e que questionam a legalidade de artigos da LRF sejam o mais rápido possível julgadas pelo STF. Fux considerou o encontro positivo. “Foi muito bom ouvir os governadores presentes, porque é hora de redesenhar esse federalismo, que é extremamente unitário. Aqui foram destacadas matérias compreensíveis à luz do dia. Como um governo assume compromissos para que outros possam implementá-los. O governante tem que assumir os compromissos que se exaurem em seu mandato”, ponderou.

Caiado também manifestou sua preocupação caso providências urgentes não sejam adotadas. “Eu vou chegar ao final do ano e ter o relatório do Tribunal de Contas do Estado de Goiás desaprovando minhas contas, dizendo que não cumpro aquilo que é obrigatório, pois, além de um déficit de R\$ 6,1 bilhões, ainda me acresceram essa semana mais R\$ 901 milhões de verbas que deveriam ter sido aplicadas por vinculações constitucionais no ano anterior e que devem ser compensadas neste ano”, detalhou o governador.

### REDUÇÃO DO ICMS

Outra preocupação apresentada foi com relação à redução da arrecadação de ICMS, agravando o cenário de calamidade financeira. “A queda cada vez maior da arrecadação de ICMS é uma realidade. Estamos desindustrializando nossos estados, pois todo aquele que produz matéria-prima prefere vender para ‘trades’, que não produzem nenhum emprego para o nosso Estado e, no entanto, destroem as nossas rodovias e não deixam nada

para que possamos nos beneficiar dessa venda e dessas exportações. Pelo contrário, nos deixam em uma situação cada vez de maior de colapso. Principalmente em Goiás, que é produtor de grãos e de proteína, e há o transporte até os portos de toda a safra do nosso Estado, mas não temos a compensação pelo Governo Federal”, salientou.

Também acompanhou a exposição a secretária de Estado de Economia, Cristiane Schmidt. Ao todo, foram ouvidos sete expositores. Além de Caiado, Mansueto de Almeida (Secretário do Tesouro Nacional), Gustavo de Oliveira Barbosa (Secretário de Fazenda do Estado de Minas Gerais), Marco Aurélio Santos Cardoso (Secretário de Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul), Waldery Rodrigues Junior (Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia), Luciano Maia (representante do Ministério Público Federal) e um representante do Colégio Nacional de Procuradores Gerais dos Estados e do Distrito Federal (CONPEG).



“Eu vou chegar ao final do ano e ter o relatório do Tribunal de Contas do Estado de Goiás desaprovando minhas contas, dizendo que não cumpro aquilo que é obrigatório, pois, além de um déficit de R\$ 6,1 bilhões, ainda me acresceram essa semana mais R\$ 901 milhões de verbas que deveriam ter sido aplicadas por vinculações constitucionais no ano anterior e que devem ser compensadas neste ano”

## Ministro é relator de ação civil sobre endividamento de MG

O tema que motivou a realização da audiência de ontem é objeto da Ação Civil Originária (ACO) 3233, da qual o ministro Fux é o relator. Na ação, o Estado de Minas Gerais alega não ter conseguido saldar a parcela anual de um empréstimo contraído com o banco Credit Suisse “em razão da penúria fiscal e da calamidade pública decorrente do rompimento de uma barragem da mineradora Vale”, no município de Brumadinho.

Em fevereiro, o ministro concedeu liminar para que a União se abstenesse de bloquear R\$ 612,5 milhões

das contas do Estado e determinou a devolução de eventuais valores já bloqueados. Diversos estados vêm ajuizando ações semelhantes no STF. A proposta da realização da audiência pública, segundo o relator, foi abordar os diversos temas controvertidos na ACO e os desdobramentos sobre temas conexos relativos ao federalismo fiscal brasileiro, para que o STF possa ser municiado de informações imprescindíveis para a solução do caso.

O ministro ressaltou que as exposições não se destinaram a co-

lher interpretações jurídicas, mas a esclarecer questões técnicas a respeito dos temas atinentes aos conflitos federativos de ordem financeira e fiscal discutidos nesse e em outros processos. “O Poder Judiciário é instado a decidir, a todo momento, a uma excessiva judicialização de questões políticas e sociais, que às vezes trazem matérias em relação às quais o Judiciário não tem expertise própria. Momentos como esse lhe permitem subsidiar de elementos dos verdadeiros técnicos e peritos das tais matérias”, afirmou.



Ronaldo Caiado no STF: situação financeira insustentável



## Lissauer: Legislativo admite corte no duodécimo em 2020

Em encontro com o governador, presidente da Assembleia Legislativa verba de R\$ 155 milhões para o exercício orçamentário deste ano

PORTAL SAGRES 730

O presidente da Assembleia Legislativa, Lissauer Vieira afirmou que a Assembleia Legislativa concorda em reduzir a previsão orçamentária do duodécimo de custeio e investimento para 2020 em 40%. A proposta foi acordada entre o presidente e o governador Ronaldo Calado, em reunião realizada na quarta-feira (19).

Para este ano, está previsto um orçamento de R\$ 155 milhões nessas duas rubricas. Com o desconto de 40%, a previsão para o orçamento para 2020 diminuiria para R\$ 106 milhões. Não está incluído neste valor o orçamento com a folha de pessoal.

Ainda não há acordo para o duodécimo deste ano. A Assembleia tem direito aos R\$ 155 milhões em 2019, bem inferior aos repasses que vêm recebendo mensalmente do governo. Atualmente,



Lissauer Vieira: defesa da autonomia do Legislativo

o Estado transfere uma média de R\$ 3 milhões por mês para custeio e investimento. Se tiver cumprir o orçamento esse valor subirá para R\$ 12 milhões em média.

Em 30 de maio, a secretária de Economia, Cristiane Schmidt, dis-

se à rádio Sagres 730 que o Estado não tinha dinheiro para transferir este valor à Assembleia e provocou uma grande polêmica com os deputados. Posteriormente a secretária reuniu-se com os deputados na Assembleia, na presença

do secretário de Governo, Ernesto Roller, mas não houve acordo. Ficou decidido que o Lissauer trataria o assunto diretamente com o governador, o que aconteceu na última quarta-feira.

O presidente da Assembleia

disse que o governador pediu para esperar o julgamento pelo STF da ação proposta pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE) para suspender o pagamento das dívidas com os bancos. A decisão do ministro Gilmar Mendes foi liberada ontem mesmo. Ele concedeu liminar parcial ao Estado, permitindo a suspensão do pagamento dos bancos por seis meses.

Lissauer afirmou que a Assembleia não abre mão de receber a parcela integral do duodécimo. Disse que a Casa reconhece as dificuldades financeiras do Estado e até se compromete a devolver parte dos recursos, mas não abre mão de sua autonomia financeira. Ele confirmou que vai manter o projeto de construção da sede nova do Legislativo, no Parque Lousandes. Admite, entretanto, que a obra poderá ser executada em um prazo maior, de 36 meses a 38 meses.



## RECUPERAÇÃO FISCAL

# Governadores debatem com o STF conflitos fiscais com a União

**Raphael Bezerra**  
Especial para O Hoje

Os conflitos fiscais que envolvem os Estados e a União foram discutidos em uma audiência pública realizada no Supremo Tribunal Federal (STF). Goiás, Minas Gerais e Rio Grande do Sul contaram com representantes na audiência. Os representantes cobram o julgamento do processo que tramita no STF que trata da redução de gastos com pessoal, a dificuldade de realização de políticas econômicas, mudanças no sistema de tributação do ICMS e as garantias contrapartidas que norteiam as relações fiscais entre União e Estados. A ação que pode permitir a redução dos salários e da jornada de trabalho dos servidores públicos será julgada nesta quarta-feira (26) pelo o Supremo Tribunal Federal (STF).

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (Democratas) e o secretário de Fazenda do Rio Grande do Sul defenderam o processo, que tramita no STF, que trata sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), permitindo que sejam reduzidas as cargas horárias dos servidores estaduais. O evento foi para discutir os conflitos federativos relacionados ao bloqueio, pela União, de recursos dos estados-membros em decorrência da execução de con-



**Alexandre de Moraes é o relator do processo no Supremo**

tragantias em contratos de empréstimos não quitados.

O item faz parte da Lei de Responsabilidade Fiscal, no entanto, ele foi questionado pelos partidos PCdoB, PT e PSB e será discutida a partir de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI).

Os governadores alegam que receberam os estados em situação de calamidade financeira e com a folha de pagamento do funcionalismo público que superam o limite estabelecido na LRF.

A discussão em torno desses mecanismos da LRF se arrasta há quase duas décadas e ganhou relevância diante da decretação de “calamidade financeira” por sete Estados desde o início do ano. Goiás foi o mais recente a entrar na lista, composta por Roraima, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Rio, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Além de discutir a possibilidade de redução salarial, os ministros ainda vão avaliar um segundo dispositivo da lei suspenso que permitiria aos governantes promover cortes lineares no orçamento quando a arrecadação prevista não se concretizasse. Se liberado, o governo poderá dividir a conta com os poderes Legislativo e Judiciário.

Ao longo da tramitação do processo, desde 2000, outras três ações foram apensadas. Uma decisão em caráter liminar expedida em 2002 impede que os estados possam reduzir a jornada de trabalho e o rendimento mensal. O atual relator do processo é o ministro Alexandre de Moraes.

Em fevereiro desse ano, quando as partes envolvidas manifestaram suas opiniões, a Advocacia Geral da União (AGU) foi favorável à revisão dos impedimentos impostos

pela Justiça e também à redução dos vencimentos. A Procuradoria-Geral da República (PGR) defendeu a LRF, mas pediu a inconstitucionalidade do corte nos salários.

No evento, Caiado lembrou a situação financeira que recebeu o estado. Em janeiro, o governador chegou a decretar um estado de calamidade financeira. Ele afirma que recebeu um estado endividado com R\$ 11 milhões em caixa, e um déficit de R\$ 6,1 bilhões. “Já tomei posse descumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal e bloqueado pelo governo federal e, com isso, não tenho direito a fazer nenhum empréstimo”, disse o governador, informando que a situação o levou a decretar “estado de calamidade financeira” em Goiás.

Ele afirma ainda que não é uma tentativa de transferir a responsabilidade do Estado para a União, mas que a medida é para buscar uma solução para que as gestões atuais não sejam atingidas por irresponsabilidades de ex-governadores.

Outra preocupação apresentada foi com relação à redução da arrecadação de ICMS, agravando o cenário de calamidade financeira. “A queda cada vez maior da arrecadação de ICMS é uma realidade. Estamos desindustrializando nossos estados, pois todo aquele que produz matéria-prima prefere vender para ‘trades’, que não pro-

duzem nenhum emprego para o nosso Estado e, no entanto, destroem as nossas rodovias e não deixam nada para que possamos nos beneficiar dessa venda e dessas exportações. Pelo contrário, nos deixam em uma situação cada vez de maior de colapso. Principalmente em Goiás, que é produtor de grãos e de proteína, e há o transporte até os portos de toda a safra do nosso Estado, mas não temos a compensação pelo Governo Federal”, salientou.

### O que diz a LRF

A Lei de Responsabilidade Fiscal diz que, caso o limite de despesa com pessoal esteja acima do teto estabelecido pela legislação, fica facultado aos governadores e aos prefeitos, assim como aos poderes autônomos, a redução proporcional dos salários dos servidores de acordo com a carga horária de trabalho.

Na esfera federal, o limite máximo para gastos com pessoal é de 50% da receita corrente líquida. Para estados e municípios, o limite é de 60%. Mas a legislação permite a repartição destes limites globais entre os Poderes dentro dos estados. No caso do Legislativo (incluindo o Tribunal de Contas), é de 3%. Para o Judiciário, o teto de gastos é de 6%. Para o Ministério Público, de 2%. E para o Executivo, de 49%.